

A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades da prática docente

RESUMO

A educação inclusiva é um direito assegurado às pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais e um dever da instituição educacional, tanto das instituições de educação básica como superior. Pensando na inclusão como direito em todos os níveis educacionais, o presente estudo tem como foco a inclusão da pessoa com deficiência em Instituições de Ensino Superior (IES). Essas instituições também devem participar do processo inclusivo, que só será alcançado quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua cidadania. Dessa forma, o objetivo deste estudo é conhecer a atuação das IES no processo inclusivo, percebendo os possíveis desafios, possibilidades e limitações da sua prática docente, a partir de uma revisão integrativa. A coleta dos dados dessa pesquisa foi realizada na SCIELO e Google Acadêmico, usando os descritores “docentes”, “ensino superior”, “inclusão” e “deficiência”. As 07 produções selecionadas e analisadas atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos: artigos completos, em língua portuguesa, a partir de 2010, relacionando a inclusão de pessoas com deficiência e a atuação docente nas IES. Em tempos de inclusão, as diferenças existentes precisam ser respeitadas, tornando-se essencial que as citadas instituições reflitam sobre sua participação no processo inclusivo, compreendendo as dificuldades existentes, buscando os conhecimentos e ferramentas de trabalho necessárias à inclusão e, finalmente, tomando seu lugar como agentes de mudança, que inclui toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Docentes. Ensino Superior. Inclusão. Deficiência.

Rose Anne Holanda

roseanneholanda@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5533-8234>

UNICHRISTUS, Fortaleza, Ceará,
Brasil

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito assegurado às pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais e um dever da instituição educacional, tanto das instituições de educação básica como do ensino superior, mesmo sendo uma realidade ainda recente.

A inclusão medeia uma situação na qual a sociedade deve conduzir mudanças para que o respeito às diferenças realmente aconteça. A educação inclusiva é fundamentada nos direitos humanos, “que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (BRASIL, 2008, p. 05).

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, tem como um de seus objetivos “assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 20). São considerados alunos com deficiência “àqueles que têm impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 15).

A Lei Brasileira de Inclusão dispõe que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 23). Também assegura que a inclusão deve acontecer em todos os níveis do sistema educacional e a aprendizagem no decorrer da vida, de maneira que a pessoa com deficiência possa alcançar “o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015, p. 17).

O movimento que acontece mundialmente pela inclusão “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 05). Dessa forma, a inclusão é a garantia que todos devem ter para acessar continuamente o espaço comum da vida social, devendo a sociedade acolher à diversidade humana, aceitando e respeitando as diferenças individuais e se esforçando coletivamente para equiparar as oportunidades de desenvolvimento para todos em todos os aspectos da vida (BRASIL, 2001).

Deve ser garantida a acessibilidade de pessoas com deficiências em Instituições de Ensino, sendo necessário assegurar “condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino” às pessoas com deficiência física e sensorial (BRASIL, 2003, p. 01). Dessa forma, “a educação inclusiva é de grande relevância para propiciar a todos uma educação de qualidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania” (ROTH, 2008, p. 17).

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino está em consonância com a perspectiva de educação para todos, pois, ao serem feitas adaptações pedagógicas para o aluno com deficiência, leva-se em consideração distintas formas de aprender e de ensinar (VILLELA; LOPES; GUERREIRO, 2013). Desse modo, é necessário “construir um novo projeto social, no qual a compreensão do sujeito com necessidades especiais seja incorporada como reconhecimento de suas capacidades e não de suas dificuldades” (ALMEIDA, 2005, p. 14), sendo essencial pensar maneiras de tornar inclusivas as instituições de ensino superior (BEZERRA; ARAÚJO, 2015).

É de grande relevância refletir, ademais, sobre a função social da educação superior, de forma a auxiliar que as leis, normas e recomendações referentes aos alunos com deficiência sejam cumpridas, para que eles possam dar continuidade aos seus estudos, gerando, assim, novos conhecimentos (MARCONCIN et al., 2013). É preciso perceber que “assegurar o direito à diferença na universidade é ensinar a incluir e, se a instituição não tomar para si essa tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens” (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

Para que a educação superior seja inclusiva, deve-se compreender que esse é um processo que nunca está concluído e que deve ser enfrentado com frequência, de modo coletivo (MOREIRA; BOLSANELLO; SEGER, 2011). Torna-se necessário que as instituições de ensino superior tenham consciência de sua responsabilidade como orientadoras, que corroboram para a construção de uma sociedade em que os valores humanos sejam inseridos à formação técnica para que realmente ocorra o processo inclusivo (MARCONCIN et al., 2013).

Os esforços para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra no Ensino Superior são mais perceptíveis em relação à acessibilidade e à mobilidade. Porém, torna-se necessário que essas discussões também ocorram no que se refere à aprendizagem e no progresso acadêmico desse aluno (MORI, 2016). Para que se possa integrar, de fato, é insuficiente somente a elaboração de leis inclusivas, “é preciso ir além da luta pelos direitos e buscar, de fato, meios e recursos para uma educação que promova ao máximo o desenvolvimento do indivíduo” (MORI, 2016, p. 54).

Para tanto, transformar a universidade em um local que seja acessível é reconsiderar amplamente o seu contexto, observando tanto os aspectos físicos, os tecnológicos e, principalmente, os aspectos pedagógicos (ORRÚ; NÁPOLES, 2017), refletindo sobre a diversidade existente em nossa sociedade, tanto nos estilos como nas formas de aprendizagem que cada aluno possui. Importante salientar que “a formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda” (MANTOAN, 2015, p. 81).

Para que ocorra uma boa qualidade no processo de ensino-aprendizagem, é necessário não apenas mudanças arquitetônicas e alterações nos materiais didáticos, mas mudanças de postura e recursos didáticos do docente, além da formação. E, assim, o docente, que é um facilitador do acesso ao conhecimento, tem o desafio de se adaptar a essa nova realidade, promovendo o acesso da

educação para todos (LIBANEO; PIMENTA, 1999). Dessa forma, “o professor deve refletir sobre o seu papel em relação à inclusão para que possa desenvolver da melhor forma possível o processo de incluir” (BARRETO; BARRETO, 2016, p. 02).

A formação do docente como mediador do processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência se transformou em um dos aspectos principais no processo de Educação Inclusiva (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012). Dessa forma, “o trabalho docente consiste numa atividade mediadora entre o individual e o social, entre o aluno e a cultura social e historicamente acumulada”, reconhecendo a individualidade de cada um, percebendo “um aluno enquanto ser concreto e histórico, síntese de múltiplas determinações, produto de condições sociais e culturais” (LIBANEO, 2012, p. 341).

Na formação do docente na perspectiva da educação inclusiva é necessário redefinir o seu papel, da educação e das práticas pedagógicas usadas no contexto excludente da educação, em todos os níveis, pois a sociedade deve saber que a inclusão escolar não se encaixa em uma concepção tradicional de educação (MANTOAN, 2015), como era concebida anteriormente. Conforme as percepções atuais de educação, algumas das funções dos docentes são a de “orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos” (BRASIL, 2000, p. 05).

Pensando na inclusão como direito em todos os níveis educacionais, o presente estudo tem como foco a inclusão da pessoa com deficiência em Instituições de Ensino Superior (IES). Essas instituições devem participar do processo inclusivo que ocorre em outros níveis de ensino, que só será alcançado quando todas as pessoas, indiscriminadamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua cidadania.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é conhecer a atuação das Instituições de Ensino Superior no processo inclusivo, percebendo os possíveis desafios, possibilidades e limitações da sua prática docente, a partir da leitura e análise de estudos já realizados sobre essa temática, sendo uma revisão integrativa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é uma revisão integrativa, que objetiva reunir e sistematizar resultados de pesquisas de um tema investigado, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua compreensão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A revisão integrativa percorre seis fases: 1ª Identificação do tema e seleção da pergunta de pesquisa; 2ª Determinação dos critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3ª Categorização das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4ª Análise dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5ª Compreensão dos resultados e análise das evidências e categorização dos resultados obtidos; 6ª Exposição da síntese do conhecimento, permitindo ao leitor avaliar os resultados obtidos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010 *apud* HOLANDA; GOMES, 2021).

A coleta dos dados foi realizada na SCIELO e no Google Acadêmico, sendo utilizados os descritores “docentes”, “ensino superior”, “inclusão” e “deficiência”. Na SCIELO foram encontradas 06 produções, sendo 04 selecionadas. No Google Acadêmico foram encontradas 22 produções, sendo 03 selecionadas. Permaneceram, ao final, 07 produções para a análise.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção foram: artigos completos, publicados em língua portuguesa, a partir de 2010 e que relacionassem a inclusão de pessoas com deficiência e a atuação docente nas IES. Os critérios de exclusão foram: produções que retratam o trabalho desenvolvido nas IES sem dar ênfase à inclusão da pessoa com deficiência; que retratam a inclusão da pessoa com deficiência nas IES sem mencionar o trabalho docente; que retratam a inclusão da pessoa com deficiência e o trabalho docente, mas que não fosse em IES; e produções que fossem revisão de literatura.

Para uma melhor estruturação e estudo das produções, foi realizada uma leitura do material escolhido, utilizando alguns tópicos do formulário de Ursi (2005), contendo as informações: identificação, tipo de periódico, tipo de estudo, objetivo ou questão de investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As sete (07) produções selecionadas, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, estão apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro 1: Amostra de acordo com título, ano, autor, periódico e base de dados das produções. Ceará, 2021.

	Título/Ano	Autor	Local/ Periódico	Base de Dados
01	Demandas de docentes do Ensino Superior para a formação de alunos com deficiência 2012	Ani Martins Silva; Raquel Cymrot; Maria Eloisa Famá D’Antino.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. 93, Nº 235. Brasília	SCIELO
02	Inclusão de estudantes com deficiências na Universidade: estudo em uma Universidade Portuguesa 2016	Ana Claudia Rodrigues Fernandes; Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira; Leandro da Silva Almeida.	Psicologia Escolar e Educacional, Vol. 20, Nº 03 São Paulo	SCIELO
03	Inclusão no Ensino Superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do Estado de São Paulo 2018	Rosimar Bortolini Poker; Fernanda Oscar Dourado Valentim; Isadora Almeida Garla.	Psicologia Escolar e Educacional, Número Especial São Paulo	SCIELO
04	Discurso do sujeito coletivo: a visão dos	João Paulo Xavier de Freitas; Ana	Dialogia, Nº 35. São Paulo	GOOGLE ACADÊMICO

	docentes do curso de Ciências Biológicas licenciatura de uma Universidade frente à inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior 2020	Carolina Sales Oliveira.		
05	Inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes 2020	Francisca Geny Lustosa; Disneylândia Maria Ribeiro.	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Vol. 15. Araraquara	GOOGLE ACADÊMICO
06	Inclusão na Educação Superior: formação e experiência docente 2020	Elaine Gomes Matheus Furlan; Paulo César de Faria; Daniele Lozano; Fernanda Vilhena Mafra Bazon; Claudia Gomes.	Avaliação, Campinas; Vol. 25. Sorocaba	SCIELO
07	Inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva dos docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná 2020	Eliane Pinto de Góes; Douglas Fernando da Silva.	Brazilian Applied Science Review, Vol. 04, Nº 03. Curitiba	GOOGLE ACADÊMICO

Fonte: Adaptado de Ursi (2005).

Quadro 2: Amostra de acordo com o objetivo e tipo de estudo. Ceará, 2021.

	Objetivo	Tipo de estudo
01	Oferecer subsídios para a implementação de ações afirmativas e política institucional favorecedoras do aprimoramento das condições de permanência dos alunos com deficiência na universidade.	Pesquisa de campo, com análise estatística e descritiva.
02	Explorar as concepções de estudantes de uma universidade de Portugal sobre os desafios enfrentados ao experimentarem a inclusão no nível superior de ensino.	Estudo de campo.
03	Investigar e analisar a percepção de docentes de uma universidade paulista sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.	Estudo de Caso, de natureza descritiva.
04	Averiguar as percepções de docentes de uma universidade federal quanto à inclusão educacional dos alunos com deficiência em um curso de licenciatura em Ciências Biológicas.	Método do Discurso do Sujeito Coletivo.
05	Refletir sobre o desafio da inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, observando as políticas de	Abordagem qualitativa do tipo

	acesso, a percepção discente sobre acessibilidade, a identificação de barreiras e os desafios postos à Universidade e à docência.	exploratória.
06	Buscar o entendimento que docentes universitários possuem acerca do processo inclusivo, bem como as práticas inclusivas realizadas em cursos de licenciatura.	Abordagem metodológica qualitativa.
07	Analisar as políticas de inclusão e permanência dos alunos com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.	Estudo de campo.

Fonte: Adaptado de Ursi (2005).

Após a leitura, realizou-se a análise das produções selecionadas, tendo como foco “os desafios e possibilidades da prática docente no processo inclusivo da pessoa com deficiência nas IES”:

O trabalho de Silva, Cymrot, D’Antino (2012) mostra a necessidade de haver o desenvolvimento de programas que procurem preparar os docentes e demais profissionais da educação nas Instituições de Ensino Superior (IES), de modo que possam atuar frente à diversidade de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais (NEE). Essa preparação pode ser realizada tanto nos cursos de graduação quanto em formações continuadas, e os seus resultados podem alicerçar uma proposta de implementação de serviço que apoie os alunos com deficiência e ofereça suporte aos docentes das IES. Tal serviço contribui em unir ações que possam já existir nessas instituições, mas que se encontrem dispersas, como acessibilidade física e mudanças atitudinais que podem favorecer à diversidade humana em todos os espaços, mas, especialmente, em sala de aula.

Fernandes, Oliveira, Almeida (2016) apresentam os desafios de uma universidade portuguesa em organizar o seu sistema de apoio à inclusão. O trabalho desenvolvido no Gabinete para a Inclusão (GPI) tem como foco ações como a mediação na comunicação entre docentes e alunos, a adaptação dos planos de estudos e acompanhamento individualizado e o esclarecimento de dúvidas e realização de ações solicitadas pelos docentes. A relação com os docentes nas IES sobre a inclusão acaba sendo traduzida como inflexível, mas é uma barreira bastante enraizada enfrentada pelos participantes da pesquisa. Os autores entendem que conciliar as práticas inclusivas e a meritocracia, tão comuns na atuação docente nas IES, demanda ter iniciativas criativas e problematizadoras, e, especialmente, deve proporcionar a formação continuada aos docentes e profissionais da educação.

Poker, Valentim, Garla (2018) expõem que a inclusão do aluno com deficiência nas IES implica na construção de espaços fisicamente acessíveis, novos recursos pedagógicos, informações para a comunidade técnico-administrativa e formação para os docentes e apoio institucional. A pesquisa procurou identificar aspectos da formação dos docentes que poderiam interferir nas atitudes em sala de aula com os alunos com deficiência. Nas formações iniciais e continuadas, os docentes tinham conhecimento somente acerca dos aspectos legais, filosóficos e conceituais da educação inclusiva. Tais características evidenciam que essas formações não tratavam acerca da prática

pedagógica em sala de aula e inclusão, não estando relacionadas à utilização de recursos ou de conhecimento sobre as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Dessa forma, os docentes se sentem inseguros e despreparados para ensinar os alunos com deficiência nas IES, o que torna a educação inclusiva insatisfatória.

A pesquisa de Freitas e Oliveira (2020) aponta que as IES deveriam repensar os modelos educacionais adotados, de modo a organizar ações práticas que consigam atender à diversidade de alunos e propor uma flexibilização do currículo acadêmico, com novas formas de avaliação e de adequação das atividades. Mesmo sendo percebida a necessidade da implementação de ações efetivas para a inclusão, como a formação docente, muitas instituições ainda não o fazem. As IES deveriam fornecer subsídios para que seus docentes estejam preparados para trabalhar com uma proposta educacional inclusiva, possibilitando o contato com outros profissionais da área e colocando em pauta a discussão desse assunto. A falta de recursos e de experiências inclusivas nas IES pode deixar o docente com sobrecarga de trabalho, sendo necessária a elaboração de alternativas que facilitem a prática docente, pois os alunos com deficiência têm o direito de receber educação de qualidade, como os demais.

Lustosa e Ribeiro (2020) expressam que os docentes não conseguem lidar com as diferenças que se evidenciam nas práticas pedagógicas, nas formas de apoio e nos processos avaliativos tradicionais. Mesmo o processo inclusivo na educação ganhando voluptuosidade e os docentes das IES tendo conhecimento dessa situação, não demonstram ter mais “poder” de inclusão. Entendem os autores que os docentes das IES possuem, ao menos teoricamente, a defesa pedagógica sobre a necessidade de diversificação das metodologias de ensino que possam favorecer a aprendizagem das pessoas que possuem ritmos diferenciados. Os autores também apontam que o termo “acessibilidade” vai além da parte física, significando uma reconfiguração das práticas pedagógicas, dos recursos materiais e uma (re)organização dos tempos didáticos e objetivando o melhor acesso ao currículo escolar a partir da utilização de diferentes metodologias de ensino.

O artigo de Furlan et al. (2020) aborda a educação inclusiva e a diversidade de alunos que devem ter nos cursos de licenciatura. Dessa forma, os docentes das IES devem buscar fortalecer a sua formação inicial para que os futuros docentes estejam preparados para atenderem alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais (NEE) em sua futura atuação profissional. A formação pedagógica dos docentes das IES para a educação inclusiva não deve ser uma ação isolada, direcionada apenas para o docente, mas, sim, uma ação institucional, que busque envolver toda a comunidade acadêmica nas discussões realizadas sobre as práticas educacionais inclusivas. A formação dos docentes é um dos requisitos essenciais para que o processo inclusivo se torne realidade, já que não restringiria a inclusão como a aceitação de alunos com deficiência e/ou NEE em ambiente educacional, mas existiria a sua participação efetiva no processo de aprendizagem.

A pesquisa de Góes e Silva (2020) mostra que a realidade da educação superior é desafiadora, pois mesmo os docentes que relataram já ter participado

de formações continuadas descreveram as formações como superficiais, e que tiveram como objetivo apenas despertar para a inclusão da pessoa com deficiência nas IES, o que evidencia o quanto necessário é o processo inclusivo. Os autores apresentam a dificuldade de universalizar e ampliar o debate do acesso e permanência das pessoas com deficiência nas IES, pois os docentes apontam desafios que devem ser enfrentados na formação pedagógica para que as IES sejam mais inclusivas. Um dos aspectos descritos como sendo relevantes para a inclusão é a necessidade de mais conhecimento sobre a temática, o que acaba por demonstrar as limitações existentes na formação inicial e continuada do docente. Outro aspecto citado pelos docentes é a precarização de seu trabalho, o que exige uma reflexão relevante sobre o papel das IES na inclusão.

Pela leitura e análise das produções selecionadas, o que se percebe é que a prática docente na inclusão da pessoa com deficiência nas IES é abordada de maneira superficial e teórica, sem detalhar como deveria ou poderia ser essa atuação na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de inclusão, as diferenças existentes precisam ser respeitadas, tornando-se essencial que as Instituições de Ensino Superior (IES) reflitam sobre a sua real participação no processo inclusivo.

Ao pensar na importância da inclusão no ensino superior, a revisão de literatura realizada procurou mostrar “os desafios e possibilidades da prática docente no processo inclusivo da pessoa com deficiência nas IES”.

A análise das produções selecionadas mostrou que o caminho ainda é longo no que se refere à inclusão da pessoa com deficiência nas IES, principalmente no que tange à atuação dos docentes. As produções mostraram que existem poucas formações docentes que realmente trabalham a parte pedagógica e novas metodologias de ensino que procuram preparar o docente para o seu trabalho inclusivo. Ademais, evidenciou-se que as poucas formações continuadas relatadas na pesquisa abordam a temática de maneira superficial, que não auxiliam como os docentes esperam.

A pesquisa foi realizada nas bases da SCIELO e no Google Acadêmico, sendo selecionadas poucas produções, a partir dos critérios de inclusão e de exclusão estabelecidos, mostrando que muito ainda tem que ser produzido e realizado sobre essa temática tão relevante para toda a sociedade.

As IES (docentes, administração, técnicos e demais funcionários) precisam compreender as dificuldades existentes no processo de educação inclusiva, buscando os conhecimentos e ferramentas de trabalho necessárias à inclusão da pessoa com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais no ensino superior. Percebendo-se como parte do processo inclusivo, as IES devem tomar o seu lugar como agente de mudança, que inclui toda a sociedade

The inclusion of people with disabilities in higher education: challenges and possibilities for teaching practice

ABSTRACT

Inclusive education is a right guaranteed to people with disabilities or with special educational needs and a duty of the educational institution, both basic and higher education institutions. Considering inclusion as a right at all educational levels, this study focuses on the inclusion of people with disabilities in Higher Education Institutions (HEIs). These institutions must also participate in the inclusive process, which will only be achieved when all people, indiscriminately, have access to information, knowledge and the necessary means for the formation of their citizenship. Thus, the objective of this study is to know the performance of HEIs in the inclusive process, perceiving the possible challenges, possibilities and limitations of their teaching practice, based on an integrative review. Data collection for this research was carried out in SCIELO and Google Scholar, using the descriptors “teachers”, “higher education”, “inclusion” and “disability”. The 07 productions selected and analyzed met the established inclusion criteria: complete articles, in Portuguese, from 2010, relating the inclusion of people with disabilities and teaching activities in HEIs. In times of inclusion, existing differences need to be respected, making it essential that the mentioned institutions reflect on their participation in the inclusive process, understanding the existing difficulties, seeking the knowledge and work tools necessary for inclusion and, finally, taking their place as also an agent of change, which includes the whole of society.

KEYWORDS: Teachers. University education. Inclusion. Deficiency.

La inclusión de personas con discapacidad en la educación superior: desafíos y posibilidades para la práctica docente

RESUMEN

La educación inclusiva es un derecho garantizado a las personas con discapacidad o con necesidades educativas especiales y un deber de la institución educativa, tanto básica como superior. Pensando en la inclusión como un derecho en todos los niveles educativos, este estudio se centra en la inclusión de las personas con discapacidad en las Instituciones de Educación Superior (IES). Estas instituciones también deben participar del proceso inclusivo, que sólo se logrará cuando todas las personas, indiscriminadamente, tengan acceso a la información, el conocimiento y los medios necesarios para la formación de su ciudadanía. Así, el objetivo de este estudio es conocer el desempeño de las IES en el proceso inclusivo, percibiendo los posibles desafíos, posibilidades y limitaciones de su práctica docente, a partir de una revisión integradora. La recolección de datos para esta investigación se realizó en SCIELO y Google Scholar, utilizando los descriptores “docentes”, “educación superior”, “inclusión” y “discapacidad”. Las 07 producciones seleccionadas y analizadas cumplieron con los criterios de inclusión establecidos: artículos completos, en portugués, de 2010, que relacionan la inclusión de personas con discapacidad y las actividades docentes en las IES. En tiempos de inclusión es necesario respetar las diferencias existentes, siendo fundamental que las citadas instituciones reflexionen sobre su participación en el proceso inclusivo, comprendiendo las dificultades existentes, buscando los conocimientos y herramientas de trabajo necesarias para la inclusión y, finalmente, asumiendo su lugar como también agente de cambio, que incluye a toda la sociedad.

PALABRAS CLAVE: Docentes. Enseñanza superior. Inclusión. Deficiencia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. **Universidade, educação especial e formação de professores**. Caxambu: Anped, 2005.

BARRETO, Kelly Coelho Costa; BARRETO, Wesley Pinheiro. A formação dos professores e a inclusão escolar. **Ciclo Revista**, 2016.

BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro. A inclusão escolar no ensino superior: o aluno com deficiência ainda é um estranho no ninho. *In.*: NERES, Celi Corrêa; ARAÚJO, Doracina Aparecida de Castro (Org.). **Retratos de Pesquisa em Educação Especial e Inclusão Escolar**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 02, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Distrito Federal, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: Distrito Federal, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI. Brasília: Distrito Federal, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. Casa Civil. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/qkMLxjQ6XKMzyBrpsH9KL6c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2021.

FURLAN, Elaine Gomes Matheus; FARIA, Paulo César de; LOZANO, Daniele; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra; GOMES, Claudia. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v. 25, n. 02, jul., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/pFKNPXxWSrpJzKx8h4mnddg/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2021.

FREITAS, João Paulo Xavier de; OLIVEIRA, Ana Carolina Sales. Discurso do sujeito coletivo: a visão dos docentes do curso de Ciências Biológicas licenciatura de uma Universidade Federal frente à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. Dossiê: Educação como Direito Humano e Social. **Dialogia**, São Paulo, n. 35, maio/ago., 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/16869>. Acesso em: 10 fev 2021.

GÓES, Eliane Pinto de; SILVA, Douglas Fernando da. Inclusão da pessoa com deficiência na perspectiva dos docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 2030-2039 mai./jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/12084>. Acesso em: 10 fev 2021.

HOLANDA, Rose Anne; GOMES, Georgia Bezerra. A atuação do psicólogo como mediador no processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares: uma revisão integrativa. **Revista Transmutare**, v. 6, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/view/12881>. Acesso em: 10 jul 2021.

LIBANELO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, dez., 1999.

LIBÂNELO, José Carlos. Ensinar a aprender, aprender a ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNELO, José Carlos; ALVES, Nilda. **Temas da Pedagogia**. Diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

LUSTOSA, Francisca Geny; RIBEIRO, Disneylândia Maria. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13825>. Acesso em: 10 fev 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARCONCIN, Loraine Isabel do Rocio; ANTUNES, Luciana de Araújo; FERREIRA, Luciana da Costa; FESTA, Priscila Soares Vidal; SCHOLOCHUSK, Virgínia do Carmo. O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior. **Ensaios Pedagógicos: revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET**, n. 5, jun./2013. Disponível em: <http://www.opet.com.br/revista/pedagogia/pdf/n5/ARTIGO-PRISCILA.pdf>.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto - Enfermagem** [online], v.17, n.4, 2008.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, n. 41, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300009.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. **Acta Scientiarum Education**, n. 38, v. 1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26236>.

OLIVEIRA, Antônia Soares Silveira e. **Alunos com deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão na UNIMONTES**. (Tese) Doutorado em Educação - São Carlos: UFSCar, 2011.

ORRÚ, Sílvia Ester; NÁPOLES, Ricardo Alain Leyva. Educação inclusiva no ensino superior: desafios para o século XXI. In: ORRÚ, Sílvia Ester (Org.). **Por uma escola inovadora e inclusiva: desafios à educação do século XXI** (Cap. 6). Librum, 2017.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. Número Especial, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/677qhyPHcwGg7yYPQ69xVVd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2021.

ROTH, Berenice Weissheimer. **Experiências educacionais inclusivas II: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / ROTH, Berenice Weissheimer (ORG.)**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/sC6nPJRJvjG9KCJdDYzWZPd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**: São Paulo, 2010.

URSI, Elizabeth Silva. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: revisão integrativa da literatura. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2005.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO; Elaine Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI**. Educação Inclusiva, 2013.

Recebido: 02 maio 2023

Aprovado: 24 maio 2023

DOI: 10.3895/rtr.v8n0.16892

Como Citar: HOLANDA, R. A. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades da prática docente. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e16892, p. 1-15, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Rose Anne Holanda
roseanneholanda@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

